

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COLONIZAÇÃO: PROCESSOS PEDAGÓGICOS NÃO FORMAIS NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI/RS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rodrigo Ferronato Beatrice – IFRS
roferronato@gmail.com

5. Trabalho-educação e a formação dos trabalhadores

Resumo: O presente texto apresenta algumas análises desenvolvidas no trabalho dissertativo intitulado *Educação, Política e Colonização: processos pedagógicos não formais na Região Alto Uruguai/RS no início do século XX*. Buscou-se nesta pesquisa desenvolver algumas reflexões pedagógicas sobre os processos educativos informais, vinculadas às relações de dominação intrínsecas ao projeto de colonização oficial planejado pelo Estado. Em concordância com Brandão (2007, p.7-75) de que ninguém escapa da educação e que a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos, no desenvolvimento de suas forças produtivas e no desenvolvimento de seus valores culturais; buscou-se manter no estudo o vínculo entre trabalho e educação, não estabelecendo uma cisão entre as transformações na base econômica e as transformações na base imaterial. A partir disto, no desenvolvimento da pesquisa, foi se constituindo como fio condutor a compreensão que a educação no bojo do projeto de colonização não foi uma educação como prática de liberdade e que, na incorporação dessa região à produção capitalista, prevaleceu a tendência denominada de multiculturalismo conservador. É mister assinalar que o texto carrega, em seu bojo, a crítica benjaminiana à ideologia do progresso, que o apresenta como um fato natural e inevitável (BENJAMIN, 1994). Assim, ao ter como fio condutor das reflexões a crítica à reprodução, predominantemente, da narrativa dos vencedores, as análises transcendem o tempo histórico analisado, compartilhando da compreensão que “não podemos voltar a pensar a transformação social e a emancipação sem reinventarmos o passado.” (SANTOS, 2010, p. 53).

Palavras chaves: colonização, capitalismo, educação, cultura.

1 A criação da Colônia Erechim e as transformações no Alto Uruguai

O Alto Uruguai é um território diverso. Sob o ponto de vista étnico, vários grupos sociais ocuparam as matas dessa região e quando do projeto de colonização planejado pelo Estado e que contava basicamente com a migração/imigração de etnias europeias, houve profundas transformações no território, tanto na sua materialidade quanto na sua imaterialidade¹. Não por acaso, Cassol (1993, p. 83-85) compreendeu que a: “Colonização oficial do Grande Erechim, decidida em 1908, e implementada a partir de 06/10/1910, demarca a Fase antes e a Fase Depois que caracterizam distintos Modelos Econômicos e de Ocupação Humana.”

Considerando a brevidade exigida para o artigo, o ponto de referência inicial é a criação da Colônia Erechim, em 1908. Assim, uma das primeiras indagações remete aos porquês da colonização? De acordo com Piran (2001 p. 25), esta região “é o último espaço do território gaúcho, conquistado e incorporado à produção capitalista.” Entre os objetivos, estava “garantir a intocabilidade do latifúndio criador na Campanha e nas áreas de campo do Planalto de um lado e, de outro, aliviar tensões sociais nas Colônias Velhas, decorrentes do relativo excedente populacional ou de problemas em demarcação e titulação de terras.” (loc.cit).

Por sua vez, antes do processo de colonização, de acordo com Cassol:

A população destes sertões do Velho Erechim, além dos índios, constava de caboclos e muitos desertores e fugitivos da polícia e das revoluções de 1835 e, sobretudo de 1893, pela construção da ferrovia, aqui concluída em 1910 e até por correntinos que aqui periodicamente vinham extrair erva mate. Surpreende também o registro de vários poloneses na região de Gaurama no início deste século, antes da colonização oficial. (CASSOL, 1993, p. 88).

Por estes e outros fatores, o Estado começou a fazer-se mais presente, mesmo que ainda de modo muito incipiente, porém necessário, para, gradualmente, estabelecer um controle maior sobre os grupos sociais que viviam no Alto Uruguai e para garantir o projeto de colonização. Cassol (1993, p. 88), ao referir-se ao período que antecede a colonização, constatou que “as instituições inexistem ou sua mediação é muito remota” e “cada qual tem que se proteger, daí as freqüentes(sic) e sumárias tragédias, ou remonta-se a relações algo patriarcais ou feudais em busca da proteção de algum caudilhete sertanejo”. Convêm, além disso, observar um trecho significativo que fornece algum parâmetro, mesmo que mínimo, de uma possível representação do Estado para alguns grupos que viviam na região.

Esta tipologia da maioria intrusada – Borges de Medeiros ainda em 1919 – diz que são numerosos – além do caráter de dispersão e precariedade em tudo, faz com que o Estado apareça como inimigo (muitos são foragidos da justiça ou temem perder suas posses ou serem incorporados ou tributados) ou ausente. A distância, o recíproco desconhecimento, o recíproco temor e diferenças étnico-culturais geram tipos desconfiados, cautelosos, violentos, diretos e imediatos na auto-defesa. [...] Quando a colonização avança, a necessidade de legitimar posses e titular terras, o relacionamento com o Estado, a autoridade, a Lei, tudo isso é um universo desconhecido, temido, que emperdiga ações de defesa até preventiva. (CASSOL, 1993, p. 89).

Os atos administrativos de criação dos distritos e do município de Erechim são resultantes da intencionalidade do Estado em estabelecer um maior controle sobre a região. Portanto, o que, em 1918, se tornou Erechim² “constituía o terceiro districto de Passo Fundo, com a denominação de Alto Uruguay.” (KARNAL, 1926, p. 03). Passo Fundo foi emancipado em 1857 (CASSOL, 1979, p. 215) e, por sua vez, o terceiro distrito, segundo BUSATTO (1980, p. 67), foi criado em 1858, abrangendo parte de Palmeira e tendo por sede Nonoai. Neste sentido, o local em que, posteriormente, se constituiu a Colônia Erechim (1908) abrangia uma área de terra relativamente extensa, sendo que, anterior à colonização oficial planejada pelo Estado, os seus colonizadores também a denominavam sertões³ de Erechim.

Em face ao projeto oficial de colonização, começou a estabelecer-se outra organização política, social, econômica e cultural, resultante da expansão do capitalismo no campo, distinta dos grupos sociais que já habitavam naquelas matas.

Ao chegarem, os colonos europeus e os migrantes das colônias velhas encontram aqueles antigos moradores, com suas capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho, mandioca, feijão), extraíndo e cancheando erva mate. Geralmente possuem pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, a vaca leiteira, terneiros) bois, cavalos e muares, pois o único meio de transporte existente é o lombo do burro, a carreta, a carrocinha. [...] Certo, rude e difícil era a vida daqueles sertanejos. O índio, aldeado, deixara de constituir grupos errantes, semi-nômades, à procura de alimentos naturais, infestos ao branco adventício. (ILLA FONT, 1983, p. 101 – 103).

Portanto, a colonização, como já referido, representou um projeto “civilizatório” distinto da fase que a antecede. Em consonância com Cassol, antes da colonização:

A preocupação maior, o espírito predominante antes da Colonização oficial de 1908, será a auto-preservação, a sobrevivência. Toda engenhosidade e trabalho é canalizada para este objetivo. A coragem predomina sobre a ambição. A natureza oferece uma relação contraditória. Por um lado, é fonte de vida e homizio. Oferece a rocinha, os frutos, a caça, a posse, esconde-o da polícia, tornando-o quase invisível e intangível, serve-lhe de farmácia. O sentido de honra e fidelidade grupal predominará sobre o espírito de cálculo e de conveniência. O espírito de fatalidade e sincretismo religioso dominará a cultura desta população semi-nômade, no limiar do entrechoque de culturas e interesses e do caldeamento étnico. Entretanto, nesta natureza embora apresente dificuldade – sertão imenso, animais ferozes, falta de caminhos, falta de instrumental de trabalho – é encarada mais harmonicamente [...]. (CASSOL, 1993, p. 89-90).

Por sua vez, a partir da colonização:

[...] na fase da colonização dirigida pelo Estado, a partir de 1908, quando o objetivo principal do colonizador, é FARE LA CUCAGNA, é a busca do EL DORADO. O espírito de poupança, a filosofia de trabalho, o cálculo empresarial, de acumulação, de progresso, cercado pela precariedade de recursos, pequena propriedade faz com que a natureza seja encarada como obstáculo: é preciso abater a floresta que impede a plantação, é preciso domar o solo para abrir caminhos, construir casa, cidades, comunicações, estabelecer Estado, Igrejas e seus órgãos e autoridades. O animal selvagem aparece como perigoso, os pássaros devoram a semente, o índio e o posseiro aparecem diferentes, inconfiáveis, deverão ser enxotados para não ameaçarem a propriedade, a produção, o comércio. É outra concepção lastreada 'na lei de Deus e da Igreja'. (CASSOL, 1993, p. 89-90).

A partir da instalação da Colônia Erechim, houve um crescimento demográfico acelerado. Em 1911, a população já era estimada em 14.400 pessoas (CASSOL, 1979, p. 120). Em 1915, já havia aproximadamente “27.359 habitantes, dos quais eram 7.114 brasileiros, 5.721 polacos, 246 suecos, 3.652 alemães, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 734 portugueses e 7.863 de diversas nacionalidades.” (KARNAL, 1926, p. 26-27). A diversidade étnica em parte é resultante de uma intencionalidade do Estado em imprimir um caráter pluralista (diversas nacionalidades) para acelerar a integração (PIRAN, 2001, p. 20).

Ao aumento demográfico na Colônia Erechim, acompanhou um crescimento econômico. Em estudos de Frainer (1936) e de Illa Font (1983), há trechos bastante elucidativos das transformações que estavam ocorrendo e alterando profundamente a paisagem da região:

A população cresceu. Intensificou-se o comercio(sic). As industrias(sic) prosperaram. Onde, ainda ha(sic) pouco, arvores(sic) gigantescas, desfraldavam aos ares(sic), o lábaro esmeraldino de seus galhos copados, via-se agora a ondulação verde amarela dos trigais, a fartura do milho, a simetria dos vinhedos. (FRAINER, 1936, p. 10-11).

A floração que exuberantemente cobre a extensão região da Colônia Erechim forma-se de rica mata, crivada de grandes, altas e frondosas árvores das mais variadas espécies, de inestimável valor ecológico que se não sabe apreciar nos tempos

primitivos e também de incalculável riqueza econômica apropriada de imediato pelos colonizadores. (FONT 1983, p. 115).

Concorda-se com Rückert (1997 p. 34-35) no entendimento que o território capitalista somente foi construído com a destruição do território indígena e com a sujeição do trabalho familiar dos pequenos agricultores, acrescentando-se, nesta tese, a vitimização dos caboclos e de outros grupos sociais que, aqui, viviam.

Portanto, os índios, os caboclos, os negros e outros grupos sociais que constituíam a territorialidade do chamado sertões de Erechim foram os que mais tiveram o seu modo de vida violado pela ação colonizadora. Através da colonização e do processo produtivo oficial, o Estado desterritorializou “seus primeiros ocupantes, destruindo seu território e construindo uma nova territorialidade.” (PIRAN, 2001, p. 25).

2 Campo e cidade: a influência positivista na concepção da Colônia Erechim

O pensamento positivista influenciou significativamente o processo de colonização da Região Alto Uruguai. O positivismo fundamentava a ideologia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que forjou, no RS, durante a República Velha, uma configuração *sui generis* (PESAVENTO, 1985, p. 66).

Tal destaque ao positivismo, quando do projeto de colonização do Alto Uruguai, faz-se necessário tanto para compreender a formação da pequena propriedade rural, quanto para a constituição dos núcleos urbanos. No que tange ao planejamento da colonização, de acordo com Cassol (1979, p. 113), o plano e os projetos de colonização de Carlos Torres Gonçalves, ainda nos primórdios da colonização, presidiram todo o esquema administrativo, os trabalhos de colonização e urbanização. Havia toda uma logística de complementariedade e articulação entre o tamanho e a distância dos núcleos e destes em relação aos setores de agropecuária, de serviços, comércio e a produção urbano-industrial. O planejamento urbano de Erechim previa uma mini-metrópole regional (CASSOL, 2003, p. 97-98).

No campo, os lotes demarcados pela Comissão de Terras tinham aproximadamente 25h, no início da colonização, e, mais tarde, em torno de 12h (PIRAN, 2001, p. 21). Também é necessário considerar que o Estado “estimulou a participação de empresas privadas no processo de colonização, das quais se destacam duas: a Companhia Colonizadora Luce e Rosa [...] e a Jewish Colonization Association – ICA.” (GRITTI, 2003, p. 56). Conforme Piran (2001, p. 24): “Desde o início, a contradição se faz presente: veja-se que, enquanto aos

poloneses, vindos mais tarde, vende-se lotes de 12,5 ha, à J.C.A. permite-se comprar lotes de até 250 ha.”

Conforme já referido, o planejamento elaborado para a execução do Projeto da Colônia Erechim contava com a imigração europeia e ocorreu através da imigração espontânea. O aldeamento indígena que, sem dúvida, foi “a ruptura mais profunda no modo de vida de ser Kaingáng” (MARCON, 1994, p. 132) também deve ser compreendido dentro da lógica do pensamento positivista, como forma de “prepará-los, ainda que de maneira lenta, para que fossem incorporados à sociedade ‘mais evoluída’”. (BENINCÁ, 2006, p. 32).

Por sua vez, o planejamento urbano, como já mencionado, também teve a influência positivista.

Erechim foi uma cidade organizada e planejada dentro dos moldes positivistas da ‘ordem e do progresso’ pela Comissão de Terras, que foi responsável pela estrutura da colônia. [...] O positivismo vai estar presente em quase tudo. Medição dos terrenos acompanhando o curso dos rios, o aldeamento aborígene, a miscigenação, o cuidado dos cemitérios, a remarcação da cidade, o aproveitamento dos mananciais hídricos, proteção aos nacionais, política de imigração espontânea, organização dos núcleos coloniais e plano de viação em geral. ((Fatores...), 2000, p. 28).

Naquele período, a influência positivista foi realmente significativa. Contudo, parece que a cidade, mais do que o campo, carrega consigo, através dos serviços, da indústria, do comércio, etc., a simbologia do desenvolvimento econômico, cultural e social.

Ademais, é fundamental compreender essas transformações numa perspectiva das classes sociais, pois a “colonização priorizou e atendeu aos interesses dos grupos sociais dominantes e, conseqüentemente, com maior poder de barganha: os fazendeiros e os colonos imigrantes.” (MARCON, 1994, p. 87). Segundo Zarth (1997, p. 179 - 180), os “colonos imigrantes que se estabeleceram como agricultores em pequenas propriedades constituíram-se numa nova classe na estrutura sócio-política da região.” No entanto, esses mesmos imigrantes, que já trabalhavam na agricultura ou nessas terras, tornaram-se agricultores, mesmo estando numa posição de certo privilégio, paradoxalmente, também foram oprimidos no mesmo projeto civilizatório.

Na obra *Colonos na Selva*, João Weiss Rio Brasil, assim, escreve sobre um comentário de um patrício a respeito dos comerciantes:

Os vendeiros, afirmava, cobravam caro os mantimentos e as coisas necessárias ao colono, mas quando este(sic) lhe trazia algum produto, que lhe custara(sic) meses(sic) de suor e energia, lhes dava um preço miserável e mesmo assim só em troca de mercadorias. **Podia-se trabalhar toda a vida sem sair deste(sic) círculo** e sem poder economizar para melhorar a situação ou retirar-se para outro lugar. Eles sim, progrediam rapidamente(sic), aumentando seus armazéns, suas moradias, seus estoques, à custa do suor do colono, sempre pobre e miserável. (RIO BRASIL, 1950, p. 74-76. Grifos nossos).

Para a concretização dos objetivos da colonização fez-se necessária outra base econômica, como no item anterior mencionado. Indústrias e serviços foram criados para responderem a tal propósito. Jean Roche, a partir de uma tabela sobre dados da economia de Erechim, do ano de 1913 a 1918, desenvolveu a seguinte análise:

Na medida em que dependia dos transportes, o desenvolvimento de Erechim foi antes contrariado pela guerra. As exportações diminuíram em 1915, e as importações diminuíram à metade das de 1913. Isso faz mais surpreendentes os progressos dessa colônia. Em cinco anos, a população tornou-se 1,8 vezes maior, a produção 3, a exportação 3,3: o valor da exportação por habitante dobrou. Durante os primeiros anos (até 1914), as importações acusaram superioridade em relação às exportações, o que se explica pela extensão das necessidades da colônia recentemente fundada e pela existência de rendas complementares (subvenções, salários por salários públicos, etc.). A partir de 1915, as importações são mais baixas que as exportações, mas a relação importação/exportação sobe em 1916 e atinge 89% em 1918, mais do que em Ijuí após vinte e dois anos de colonização. A atividade econômica traduz, portanto, a brilhante prosperidade da colônia, ou antes, é a causa dela. (ROCHE, 1969, p. 65-66).

Essa breve exposição sobre as condições materiais da colonização abre possibilidades de reflexão da cultura sob diferentes pontos de vista, como étnico, urbano e rural, bem como de classes sociais, conforme bem indica Cassol:

Nunca é demais assinalar que, embora o papel decisivo do Estado, a hegemonia está com a iniciativa privada e com as leis do mercado, desde o início: Erechim forma-se desde o início como entreposto comercial e a pequena propriedade rural. O conflito de interesses parece modelar a formação urbana e o próprio posicionamento psicológico e ideológico. (CASSOL, 1993, p. 100).

Trata-se de uma relação dialética entre materialidade e imaterialidade, em que novas concepções (trabalho, produção, campo, propriedade, etc.) passam a fazerem-se presentes nas relações sociais, explicitando as tensões/contradições sociais. Este foi um processo gradual e

que teve como base material o desenvolvimento do modo de produção capitalista, concretizado na região através do projeto oficial de colonização. Por sua vez, a visão de mundo dos imigrantes encontrava reciprocidade em vários princípios/valores subjacentes ao projeto de colonização, contribuindo, desde o início, para uma formação mais acelerada de aspectos materiais e imateriais do projeto de colonização.

3 Colonização – capitalismo – educação - cultura

A incorporação desta região à produção capitalista, como não poderia deixar de ser, pelo próprio materialismo dialético, efetivou-se através de contradições/conflitos. As transformações que envolvem a passagem das terras devolutas e dos ervais públicos a sua gradual privatização, que se fez pelas concessões de terras e/ou a sua venda, são um dos exemplos das contradições relativas ao uso da terra. Os conflitos resultantes dessas alterações geraram várias tensões sociais, quer entre os grupos sociais ou destes com o Estado ou as empresas.

Em termos gerais, e tendo como referência esse processo histórico, compreende-se que a educação subjacente na colonização não foi uma educação como prática de liberdade. Mesmo considerando que, dificilmente, um modo de produção incorpora-se na totalidade da formação social (THOMPSON, 2009), não é equivocado ou contraditório aceitar que “a situação opressora gera uma totalidade desumanizada e desumanizante, que atinge os que oprimem e os oprimidos.” (FREIRE, 2005, p. 37).

Neste sentido, pergunta-se: no contexto histórico do projeto de colonização, qual homem a sociedade quer que ele seja e a educação deve realizar? De modo geral, considerando o ponto de vista mais político, entende-se que é um homem adaptado à produção capitalista e a sua formação social.

De acordo com Pesavento (1979), ao analisar a *República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”*, no item sobre a adoção do positivismo:

O Estado positivista tem um fim eminentemente social, que é o encaminhamento da humanidade, regulando a sociedade segundo uma ordenação lógica e estável. [...] ao governo cabe promover a estabilidade, a ordem, o ajustamento do indivíduo à sociedade. O indivíduo é concebido como submisso à sociedade, reconhecendo-se que para cada um há um lugar definido dentro da ordem social, e o ajustamento a esta organização pré-estabelecida é a premissa para o progresso. (PESAVENTO, 1979, p. 208).

A relação entre capitalismo, cultura e educação, na colonização, ocorre quando, nos processos educativos, passa a existir o interesse da busca pelo lucro, pela cultura da poupança, do trabalho para acumular riquezas numa proporcionalidade e num modo distinto de outros períodos antecedentes. O Estado positivista não se furta desta incumbência educativa, pois, de acordo com tal pensamento filosófico, este é o órgão capaz de organizar a vida social e, assim, “tudo o que seja educação, deve estar até certo ponto submetido à sua influência.” (DURKHEIM, 1965, p. 47-48).

Embora não exclusivo de Erechim, Mem de Sá⁴ chama atenção para as transformações extraordinariamente operosas que se verificam nas zonas de colonização. A necessidade, a motivação do lucro, a cultura da poupança, trabalho, frugalidade beirando avareza, a vaidade de ‘vencer na vida’, juntamente com um mercado em expansão, matéria prima abundante e barata, assim como mão-de-obra, explicam esta expansão e modernização. (CASSOL, 1993, p. 97 – 98).

No processo histórico da colonização nesta região e de sua incorporação à produção capitalista, o que prevaleceu foi a tendência denominada de multiculturalismo conservador ou monoculturalismo que: “Faz parte de um movimento conservador que atua na perspectiva de uma cultura superior, a cultura branca, que precisa se impor as demais. Politicamente, trabalha na perspectiva de um projeto neocolonial.” (MARCON, 2009, p. 50). A diversidade na vida material / espiritual e o multiculturalismo conservador intrínseco ao projeto de colonização são outro exemplo das tantas contradições quando se deu a colonização e a incorporação da região em estudo à produção capitalista.

Contudo, para que esta e outras compreensões tenham uma maior materialidade, entende-se necessário indicar, de modo mais claro, quem seriam os grupos subalternos no contexto do Alto Uruguai nas primeiras décadas do século XX. Compreende-se que estes grupos foram sendo constituídos pelos trabalhadores urbanos, agricultores (imigrantes/migrantes ou não), peões, trabalhadores dos ervais, trabalhadores da ferrovia, os indígenas, os caboclos, etc., que passaram a ter o seu trabalho explorado nas relações capitalistas de produção, que foram confinados ou expulsos do pedaço de chão que ocupavam, que não tiveram acesso à grande maioria dos bens culturais que produzidos e disponibilizados na nova formação social. Por sua vez, os grupos dominantes foram constituídos pelos

representantes do executivo, das empresas privadas colonizadoras, dos madeireiros, dos comerciantes, dos fazendeiros, etc.

Os sujeitos que formaram os grupos subalternos assumiram diferentes funções na concretização do projeto de colonização. Os imigrantes/migrantes passaram a trabalhar essencialmente na agricultura, estabelecendo-se como pequenos proprietários, os quais foram os sujeitos que garantiram a concretização⁵ de um dos objetivos da criação da colônia Erechim: produzir alimentos para o mercado consumidor urbano.

Os caboclos, os índios e os negros permaneceram desempenhando funções que já praticavam e/ou foram assumindo outras funções. Em um ou em outro caso, estes sujeitos foram incorporados como soldados, bugreiros, peões (nas atividades mais diversas da agricultura e da pecuária ou no corte, processamento e transporte da madeira), atuantes na produção de erva mate (extraíndo e cancheando), exercendo serviços gerais e dedicando-se às pequenas roças e criações de animais, etc. Muitas destas atividades, embora estivessem ligadas à sobrevivência destes grupos e outras à consecução dos objetivos da colonização, eram, em tal contexto, uma força de trabalho pouco valorizada, sendo que, muitas vezes, e onde se avaliasse necessário e possível, estes trabalhadores eram substituídos por uma força de trabalho considerada mais adequada, claramente em se tratando das prioridades do governo em relação à colonização.

Por seu turno, a incorporação dos grupos subalternos à produção capitalista e a sua formação social ocorreu de modo diferenciado. Boaventura de Souza Santos (2010, p. 280 - 283), ao tratar sobre a desigualdade e a exclusão como sistemas de pertença hierarquizados, indica que, no sistema de desigualdade⁶, a pertença ocorre pela subordinação hierarquizada, segundo a qual quem está abaixo, por conseguinte, está dentro e a sua presença é indispensável. Nesta conformação de ordem subordinada, o grau extremo da desigualdade é a escravidão. No sistema de exclusão⁷, o autor assinala que a pertença dá-se pela exclusão, havendo uma hierarquização da segregação, ou seja, pertence-se pela forma como é excluído, sendo que quem está abaixo, como corolário, está fora. Neste caso, o grau extremo de exclusão é o extermínio.

Tal compreensão é pertinente, pois, ao dialogar com as evidências históricas, permite, de modo geral, entender que embora os imigrantes/migrantes europeus tenham sido incorporados à integração subordinada do sistema de desigualdade, principalmente como agricultores/pequenos proprietários, sofrendo, assim, um grau relativo de opressão às leis do mercado capitalista; na segregação hierárquica do sistema de exclusão, eles tenderiam a estar acima, desempenhando, muitas vezes, um papel opressivo em relação aos primeiros grupos

sociais que formaram o território em estudo. Por seu turno, os caboclos, os índios e os negros, no processo de colonização, foram oprimidos tanto no sistema de desigualdade quanto no sistema de exclusão.

As considerações tecidas no que se refere à questão, de modo algum apontam a não existência de resistências dos grupos subalternos, “pois no processo de exploração e resistência a exploração os valores resistem a serem perdidos bem como a serem ganhos.” (THOMPSON, 1998, p. 301). O que se pretende explicitar é a relação verticalizada (de cima para baixo) de um paradigma em relação aos outros. Trata-se de uma ação unilateral e conservadora que causou impactos no modo de vida dos caboclos, dos índios, dos negros e de outros habitantes, deixando marcas nas identidades destes grupos.

Buscando relacionar colonização – capitalismo – cultura, sem perder o ponto de vista de classes sociais, são trazidas ao texto duas passagens da obra de João Weiss Rio Brasil. O contexto da primeira narrativa situa-se quando este imigrante retornava com o seu pai à sede da colônia à procura de trabalho remunerado para auxiliar nas despesas familiares. Neste ponto, ele relata:

Olhávamos num misto de pena e admiração, pois em pouco de dois anos apenas regredimos a um estado primitivo tal, quase igual aos caboclos nascidos no mato. Tudo o que tinha ares de civilização parecia-nos coisa do outro mundo, desejada, com amarga dúvida de obtê-la de novo. (RIO BRASIL, 1950, p. 69-70).

Este relato é muito significativo, visto que deixa muito evidente a visão de mundo dos imigrantes/migrantes de etnia europeia e o contraste que estabelece com os modos de vida dos grupos sociais predominantes antes da colonização. Neste aspecto, havia, por parte do governo, um conceito de colono/agricultor ideal, ao qual também deveriam enquadrar-se os sujeitos. De acordo com SILVA (2008, p. 340), foi criada uma série de políticas para a construção de um tipo específico de camponês, para “aqueles que estavam coordenando o povoamento, colono seria aquela pessoa que, caso fosse imigrante, facilmente se incorporaria à população que já habitava o estado, que se ligava de modo afetiva à terra, a ponto de não a abandonar, e se mostrava trabalhador e morigerado.” Por sua vez, de acordo com Isabel Gritti (2004, p. 18) os imigrantes poloneses “reagem às condições de assentamento que lhes eram oferecidas, e essa reação indignava os administradores das Comissões de Terras e Colonização”, fazendo com que os administradores dos núcleos coloniais avaliassem os

poloneses, em sua maioria, como vagabundos, que não queriam trabalhar. (Ibid., loc. cit). Também o relato faz lembrar a obra de Max Weber, *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ainda, ressalta-se que a busca de outros empregos era um meio que vários camponeses encontravam para aumentarem as suas receitas, a fim de pagarem as dívidas, entre elas, aquela contraída pela aquisição da propriedade. Esta prática compõe o conjunto da vida social de alguns grupos, principalmente dos imigrantes / migrantes, e também está vinculada à caracterização, nesta região, de uma agricultura não somente para a subsistência, mas para atender as demandas do mercado (PIRAN, 2001).

A segunda narrativa, apresentada na sequência, trata do trabalho que a família do imigrante realizava para alcançar o que considerava exitoso.

Para isto trabalhávamos todos sem cessar, sem domingos nem feriados, pois para nós os dias de descanso eram apenas os de chuva, porque a chuva fraca já não nos importunava mais. Quando pela madrugada chovia pedíamos à Deus que fizesse chover forte todo o dia para nos propiciar descanso na choupana. Não trabalhar na roça num dia bom ou de pouca chuva parecia-nos até um sacrilégio apesar da religião considerar pecado trabalhar aos domingos. (RIO BRASIL, 1950, p. 69-70).

Observa-se, nos relatos, a relação entre tempo – trabalho – cultura que pode ser vinculada à correlação entre território e dinheiro (SANTOS, 2011, p. 13). Através do trabalho realizado pela maioria dos imigrantes/migrantes (colonizadores), pressionados pelo contexto histórico, começaria a constituir-se uma inversão entre tempo e dinheiro, em que o segundo passaria a determinar o primeiro.

Mesmo existindo uma diferenciação entre o tempo de trabalho dos trabalhadores fabris e dos camponeses⁸, sendo que, entre estes, predominantemente, as tarefas determinam o tempo, podendo prolongar-se ou contrair-se ao longo do dia, bem como tendendo a existir uma separação menor entre “trabalho” e “vida”, verifica-se, contudo, quando do projeto de colonização oficial planejado pelo Estado, as tarefas e o próprio tempo que os agricultores destinam-lhes são, em muitos casos, determinadas pela busca por dinheiro, que lhes garantirá o pagamento da propriedade e a compra de itens básicos para a vida diária (alimentos, tecidos para confecção de roupas, etc.). A relação entre o tempo e as tarefas de trabalho passava a ser mediada pela necessidade do dinheiro e, dessa forma, sempre que necessário, o tempo podia ser prolongado para o alcance de tal objetivo: “Como de costume trabalhávamos de sol a sol e em época de luar mais algumas horas a noite e a dentro para compensar as horas de chuva.”

(RIO BRASIL, 1950, p. 73). Nesta perspectiva, pode-se fazer uma aproximação entre as ponderações de Milton Santos, (2011, p. 13), para quem o dinheiro passa a determinar o território, e Thompson (1998, p. 272), que destaca: “tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.”

A adoção desta ótica em termos materiais e imateriais foi fundamental para a concretização do projeto de colonização. Assim, se, por um lado, a conversão do tempo em dinheiro é parte constitutiva do processo histórico de colonização do Alto Uruguai, por outro lado, o predomínio do tempo sobre o dinheiro é mais condizente com a formação inicial do território em questão. Por isso, entre outros fatores, os modos de vida dos grupos sociais que já ocupavam esta região são vistos pelos colonizadores de modo pejorativo, como também a própria região, designada como sertão.

4 Sobre a experiência (classe e cultura) dos grupos subalternos no processo histórico de colonização

Compreender as experiências dos grupos subalternos no interior da nova formação social exige um olhar bastante crítico, pois há que se ter o cuidado de não cair nas armadilhas de um otimismo ingênuo em que, imediatamente, se confere a estas experiências um caráter libertador ou, por outro lado, num pessimismo ingênuo em que as experiências dos grupos subalternos simplesmente tenderiam a reproduzir o pensamento dominante.

Neste sentido, e buscando outras categorias que auxiliam nesta leitura, recorre-se ao popular. Primeiramente, é importante assinalar que não existe um consenso em torno desta categoria, o debate é amplo e complexo. No entanto, este conceito pode subsidiar a reflexão sobre a educação nos grupos subalternos no período em que se forja uma nova formação social. Para isso, o popular é entendido na sua matriz de classe e cultura.

A matriz de classe social no popular auxilia não somente identificar a heterogeneidade no modo de vida dos grupos subalternos, mas também na relação dialética com os grupos dominantes quando ocorreu a incorporação do Alto Uruguai à produção capitalista. A utilização do termo subalterno também está amparada no legado de Gramsci, para quem o seu significado etimológico transcende o conceito de outro inferior ou inferiorizado, pois a fragmentação destes grupos, do ponto de vista político, devido a sua condição social de estarem submetidos à opressão, não é uma condição permanente, mas que pode ser superada, historicamente, ao disputarem a hegemonia⁹.

Além disso, a matriz de classe no popular (como está sendo abordada no texto) não significa conferir *a priori* a condição de classe social a estes grupos. Esta compreensão aproxima-se da análise feita por Thompson (2009, p. 67) de não reduzir a categoria classe social a uma categoria estática, das “quais os homens não são os autores mas os vetores.”

Portanto, a matriz de classe na categoria popular, assim como a categoria denominada subalterno, não nega a determinação do conjunto das relações materiais (toda a vida comercial e industrial) da realidade (em movimento contraditório) nas condições de reprodução da vida dos grupos sociais. No entanto, o econômico (estrutura) compõe uma mesma totalidade, onde o conjunto das relações ideológico-culturais (toda a vida espiritual e intelectual) também é parte integrante da realidade e a emancipação dos grupos subalternos é, da mesma forma, cultural.

Nesta perspectiva, parece haver uma aproximação entre Gramsci e Thompson no entendimento que a dominação de uma classe sobre a outra não se faz meramente do ponto de vista econômico ou simplesmente através de uma manipulação específica por meio dos aparelhos ideológicos do Estado (numa linguagem althusseriana). A hegemonia, neste aspecto, remeterá a algo realmente mais complexo.

Para Thompson:

Não estamos dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia: evidentemente, não é este o caso, e como poderia ser, quando a própria experiência está estruturada segundo classes? Mas supor a partir disto que sejam ‘impostos’ (por um Estado!) como ‘ideologia’, é equivocar-se em relação a todo o processo social e cultural. Essa imposição será sempre tentada, com maior ou menor êxito, mas não pode alcançar nenhum êxito, a menos que exista uma certa congruência entre as regras e a visão-de-vida impostas e a questão necessária de viver um determinado modo de produção. Além disso, os valores, tanto quanto as necessidades materiais, sempre serão um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. (THOMPSON, 2009, p. 240. Grifos do autor).

A identificação dos grupos subalternos caracterizados tanto por elementos étnicos como de classe, quanto às interrelações entre estes grupos e de alguns destes com os grupos dominantes, não significa estabelecer uma cisão entre classe e cultura, mas configura o próprio vínculo existente entre estas matrizes que compõem o popular.

Na matriz de cultura no popular, adota-se, como uma das referências de leitura de realidade, a compreensão de Chauí (1986, p. 24) sobre a cultura popular, que é tida como expressão dos dominados "buscando as formas pelas quais a cultura dominante é aceita,

interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada [...] pelos dominados.”

Assim, Chauí concebe a cultura popular não sob o prisma

de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria [...] distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência. (CHAUÍ, 1986, p. 25).

Esta é uma visão dialética na qual a cultura popular, na reconfiguração territorial da região Alto Uruguai, não só resiste à cultura dominante, mas também a interioriza, transforma e a reproduz. Compreender a cultura popular como expressão dos grupos subalternos, entretanto, sem desconsiderar a aceitação, a interiorização, a reprodução e a transformação da cultura dos grupos dominantes no seu interior, evidencia a experiência humana em sua totalidade, que “compreende a ‘genética’ de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana em comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto.” (THOMPSON, 2009, p. 234). Como indicado por Ianni (1985, p. 136): “nas manifestações da vida social e espiritual do homem comum há uma riqueza de ver, de pensar e de dizer, que nem a ciência e nem a política ainda exploraram devidamente.”

Considerações finais

- a) Os primeiros grupos a ocuparem a região, quando do projeto de colonização, foram os que mais tiveram o seu modo de vida violado pela ação colonizadora. Sob tal perspectiva, o território capitalista somente foi construído com a destruição do território indígena e com a sujeição do trabalho familiar dos pequenos agricultores, acrescentando-se, nesta tese, a vitimização dos caboclos e de outros grupos sociais que aqui viviam;
- b) o desenvolvimento econômico gerado pela produção capitalista não exprimiu, de forma equânime, a conseqüente melhora de vida aos que produziram tais riquezas;
- c) no processo histórico da colonização, prevaleceu uma tendência denominada multiculturalismo conservador ou monoculturalismo. Como decorrência, estabelece-se uma contradição entre a diversidade na vida material / espiritual e esta tendência;

- d) em termos gerais, e tendo como referência esse processo histórico, compreende-se que a educação subjacente na colonização não foi uma educação como prática de liberdade;
- e) perceber as experiências populares com uma lógica própria que as distingue da cultura dominante, no entanto, sem desagregá-las da realidade concreta;
- f) criar elos de aproximação entre as experiências dos grupos subalternos. A educação do campo, protagonizada pelos movimentos sociais populares, aponta para este prisma ao tratar da educação que, voltada ao conjunto dos trabalhadores/as do campo busca, entre os seus objetivos, “identificar e resgatar os valores culturais que caracterizam os povos do campo e que são considerados essenciais para o desenvolvimento da cidadania.” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26 - 79);
- g) perceber que a dominação dos grupos sociais dominantes sobre os grupos subalternos não só ocorre meramente do ponto de vista econômico ou simplesmente através de uma manipulação específica;
- h) romper com a ideia de um Estado capaz de representar a todos e regular a vida social para o bem comum. Neste sentido, torna-se pertinente a compreensão marxiana do Estado, ou seja, como comitê que gerencia os negócios comuns de toda burguesia.
- i) romper com a ideia de uma evolução num tempo vazio e homogêneo;
- j) a realização de uma leitura dialética da realidade, em que a base econômica continua sendo o fator fundamental do materialismo histórico, no entanto, como já mencionado, compondo uma mesma totalidade, em que o conjunto das relações ideológico-culturais é parte integrante e a emancipação dos grupos subalternos é também cultural.

Para Gramsci (1958, p. 280-281 *apud* BOBBIO, 1999, p. 59): “Entre a premissa (estrutura econômica) e a consequência (constituição política), as relações não são absolutamente simples e diretas: e a história de um povo não é documentada apenas pelos fatos econômicos.” Esta compreensão parece aproximar-se do entendimento de Thompson (2009, p. 235) em que toda “contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse, que cada 'necessidade' há um afeto, ou 'vontade', a caminho de se transformar num 'dever' (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores.”.

Referências bibliográficas

BEATRICI, Rodrigo Ferronato. *Educação, Política e Colonização: processos pedagógicos não formais na Região Alto Uruguai/RS no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

BENINCÁ, Dirceu. *Reciclando a (des)ordem do progresso: ARCAN: uma alternativa sócio-ambiental*. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 11 ed. *Dicionário de política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. 2. ed. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

BUSATTO, Benjamin. *Povoadores do Antigo “Grande Erechim”*. Perspectiva, Erechim, v. 5, n. 12, p. 62 – 86, mar. 1980.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Cese/Instituto Social Padre Berthier, 1979.

_____. *As várias fases e os vários modelos de ocupação humana na região do ex-grande Erechim*. Perspectiva, Erechim, ano 17, n. 60, dez. 1993.

_____. *Carlos Torres Gonçalves – Vida, Obra e Significado*. Erechim (RS): Editora São Cristóvão, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Texto base: *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

DURKHEIM, Émile. 6 ed. *Educação e sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

Fatores que determinaram a criação da colônia Erechim. A Voz da Serra, Erechim, 26 out. 2000. Ed. Especial. p. 28.

FRAINER, João. *Álbum do município de Erechim*. P. Alegre: Livraria do Globo, 1936.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GRITTI, Silvana Maria. *Educação rural e capitalismo*. Passo Fundo: UPF, 2003.

ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim: tempos heróicos*. Erechim, Gráfica Carraro Ltda, 1983.

KARNAL, Oscar da Costa. *Subsídios para a história do município de Erechim*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (ORG). *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 1).

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e Dinalivro, 1977.

MARCON, Telmo (Coord.) *História e cultura Kaingáng: no sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994.

_____. *Multiculturalismo, intercultural e políticas educacionais: algumas reflexões*. In: Espaço Pedagógico. Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação. Vol. 1, n. 1 (2009). (p. 48 – 61).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e Economia”. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. (p. 193 –228).

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 4.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: Edifapes, 2001.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Khedir Editoras, 2011.

RIO BRASIL, João Weiss. *Colonos na Selva: emigrantes como agricultores*. Rio de Janeiro: Tipografia de Maier & Blumer, 1950.

ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. v. I. Tradução: Emery Ruas. Coleção Província, Editora Globo: Porto Alegre, 1969 a.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 / 1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 3 ed. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999*. Disponível em: <<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2>>>. Acesso: 01/02/2011. (p. 7 – 13).

SILVA, Márcio Antônio Both da. “Governar é promover a felicidade da pátria”: governo e campesinato no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos no longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. (p. 329 – 348).

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. *GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999*. Disponível em: <<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2>>>. Acesso: 01/02/2011. (p. 7 – 13).

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. [S.l.]: Copyleft, 2009.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Pesquisa e Movimentos Sociais*. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0728101.pdf>>>. Acesso em: 6 de agosto de 2010. (p. 1395 – 1409).

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZARTH, Paulo Afonso. *A história agrária do planalto gaúcho*. 1850/1920. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997.

¹ De acordo com Fernandes (2010, p. 15): “O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. [...] O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes

tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder.”

² “O município abrangia praticamente todo o território de Colônia Erechim, área que hoje compõe os municípios de: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viaduto.” (BENINCÁ, 2006, p 34).

³ Na visão de mundo do colonizador, por sertão, compreendia-se a região de mata, local bruto e soturno (BUSATTO, 1980, p. 62). Ainda, de acordo com o autor, local “onde não haviam autoridades, igrejas, médicos, escolas e sobretudo, sem estradas.” Muitos destes habitantes, a Diretoria de Terras e Colonização considerava como intrusos (Ibid., p. 65), assim como o modo de vida (inclui-se também a visão de mundo) destas pessoas era considerado primitivo e desambicioso. No sentido oposto, define-se à colonização, considerada pela maioria dos colonizadores, que ocupariam esta região, como civilizador.

⁴ Autor da obra Aspectos Econômicos da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Publicação Revista do Globo, Porto Alegre, 1950.

⁵ Este entendimento no artigo tem um significado diferente de leituras históricas acríticas, ao também não assumir uma perspectiva saudosista.

⁶ Tem como teorizador Karl Marx e se assenta na desigualdade entre capital e trabalho.

⁷ Tem como grande teorizador Foucault. Esta seria, sobretudo, um “fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma Cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita.” (SANTOS, 2010, p. 280-281).

⁸ Parte desta reflexão se subsidia na análise de Thompson (1998) sobre Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial.

⁹ Não é o mesmo do que dizer que neste período estes grupos tenham exercido uma ação contra - hegemônica.